

SIMPÓSIO TEMÁTICO 37:

Língua e patrimônio

Coordenadoras: Maria Cleci Venturini (UNICENTRO/PR) e Verli Petri (UFSM)

A discursividade sobre as línguas tétum e portuguesa no Guia de Conversação Português-Tétum, instrumento linguístico da Política de Línguas para Timor-Leste

Autores: Simone Michelle Silvestre Guilherme Pico ¹

Instituição: ¹ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar em um breve conjunto de formulações discursivas do "Prefácio", das "Breves Considerações" e da "Introdução" do *Guia de Conversação Português-Tétum*, da autoria de Luís Costa, como se organiza discursivamente a relação entre o tétum e o português no espaço de enunciação afetado pela política de línguas de Portugal para Timor-Leste e os efeitos de sentidos produzidos nessas relações. É importante destacar, ainda que introdutoriamente, que se compreende o *Guia de Conversação Português-Tétum* como um instrumento linguístico (Auroux, 1992) e como discurso. Este, da maneira como define M. Pêcheux (2011, [1990]), é "efeito de sentidos entre locutores" e, também, uma prática, o que permite que entendamos todo instrumento linguístico como resultado de práticas exercidas em determinadas conjunturas de uma formação social. O que possibilita afirmar que, como no discurso, de acordo com Nunes (2006), todo instrumento linguístico se inscreva em uma história, elabore e atualize uma memória, reproduza e movimente sentidos. É possível verificar que as diferentes discursividades, instauradas no *Guia de Conversação Português-Tétum*, são provenientes de diferentes espaços de legitimação que silenciam as relações do tétum com as línguas locais do país e do tétum com o português. Tudo no discurso oficial é dado como muito transparente e natural. Há muita regularidade e harmonia no processo discursivo sobre as línguas. Porém, sabe-se que, no real histórico, não é deste modo que a relação entre línguas e falantes funciona.

Palavras-chave: instrumento linguístico, língua portuguesa, língua tétum, timor-leste

"A inclusão é uma confusão": Surdos na relação entre línguas e práticas escolares

Autores: Verônica de Oliveira Louro Rodrigues ^{1,2,3}

Instituição: ¹ UFF - Universidade Federal Fluminense, ² CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ³ INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Resumo: Por que pesquisar e estudar sobre surdez? Minha história com os surdos começou quando ingressei no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) para dar aula de português e literatura na Educação Básica em 2010. Além dessa instituição singular apresentar uma historicidade simbólica: primeira escola para surdos do Brasil, criada ainda no período imperial, são muitos os desafios e as inquietudes na área. Os surdos dessa instituição têm como segunda língua (L2) a Língua Portuguesa e sua primeira língua (L1) é a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nessa pesquisa, buscamos analisar como se dá a Glotopolítica para o ensino de surdos em âmbito nacional e, mais particularmente, dentro do INES. Primeiramente, por meio da análise discursiva de entrevistas, pretendemos compreender como os alunos surdos percebem as práticas que permeiam ações glotopolíticas executadas na escola, com foco na sua identificação com/pelas línguas em contato: a Libras e o português. Posteriormente, comparamos os ditos pelos alunos com as legislações federais e nos documentos do INES que versam sobre as línguas e as políticas linguísticas voltadas para os surdos. A base teórica leva em consideração os estudos de Calvet (2002) sobre políticas linguísticas e Guespin e Marcellesi (1986) sobre Glotopolítica. Para análise do corpus, mobilizamos, à luz da Análise do Discurso de tradição francesa, sobretudo as teorias de Michel Pêcheux (1999, 2014) e Eni Orlandi (2003, 2009).

Palavras-chave: análise do discurso, entrevistas, glotopolítica, línguas, surdos

A língua como marco nacionalista e imperialista nas obras de Pero Gândavo

Autores: Bianca Dorothéa Batista ¹

Instituição: ¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Esta pesquisa pretende analisar a concepção de língua em duas obras distintas de Pero Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthografia da Língua Portuguesa : com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (1574) e *História da província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). A gramática de Pero Gândavo visa projetar em primeiro plano a língua falada pelos lusitanos e não mais o latim, língua de prestígio cultural e literário. A transição do latim para o português apontava a transição de um dialeto românico para uma língua pátria, com regras fonológicas, morfológicas e ortográficas próprias. Na crônica sobre o Brasil, a língua faz parte do projeto colonizatório português na América. A imposição da língua do colonizador sobre a dos povos indígenas faz parte dos “atos de posse” (GREENBLATT, 1996), mecanismos que asseguram a possessão sobre o território descoberto e sobre o Outro. A imposição da língua, costumes e doutrinas do colonizador sobre as nações bárbaras era a principal forma de assegurar um imperialismo linguístico e uma “só Fé, Lei e Rei”. Considerando a língua como identidade nacional e projeto colonizatório, investigamos a noção de língua como aliada do império (NEBRIJA, 1946) e como pilar para a consolidação de um Estado-nação. Também levamos em consideração nesta análise os regimes de verdade (FOUCAULT, 1969) que regem essas duas obras e relações de poder e ideologia presente no discurso de Pero Gândavo (FAIRCLOUGH, 2001)

Palavras-chave: Pero Gândavo, língua, Brasil

A Língua da Medicina Experimental no Brasil: neologismos, empréstimos e tradução na era heroica do Instituto Oswaldo Cruz

Autores: William Franklin Hanes ¹

Instituição: ¹ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: As páginas das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, além de serem atualmente as mais citadas de qualquer revista científica na América Latina, também contêm as origens da medicina experimental (ou seja, Medicina Tropical) brasileira, uma vez que a revista foi a primeira dedicada exclusivamente à publicação dos resultados da investigação científica no país. Necessariamente, nesse novo gênero de literatura e novo campo de atuação, havia decisões numerosas a serem feitas com respeito à língua e à terminologia, as quais afetariam o curso da linguagem científica brasileira, dada a posição do Instituto como uma referência nacional e um elo nas redes científicas internacionais. Em sintonia com abordagens da Análise do Discurso, esse estudo propõe uma investigação longitudinal no nível micro de artigos publicados nos anos formativos do Instituto, 1909-1934, os quais englobam os mandatos de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas como diretores. Os artigos foram filtrados em uma busca por exemplos de neologismos ou calques oriundos de equipamentos, técnicas ou tratamentos novos ou importados, incluindo também a denominação científica de novas espécies, como *Trypanosoma cruzi*. Além disso, como a então política editorial da revista encorajava a tradução da maioria dos artigos publicadas em línguas estrangeiras (inglês, alemão ou francês), observações foram feitas sobre as estratégias de tratamento do patrimônio zoológico, botânico, ecológico/geográfico e cultural para leitores no estrangeiro, inclusive notas explanatórias, simplificação, etc. Só entre os títulos desse período, as palavras “novo”, “nova” ou “new” apareceram um total de 19 vezes, confirmando o alto grau de inovação entre os tópicos, particularmente com respeito à descoberta e nomenclatura de novas espécies. Amplo material foi encontrado na amostra que refletia abordagens diferentes à terminologia, especialmente nos relatos de viagens científicas aos extremos do Brasil e nas versões publicadas em inglês.

Palavras-chave: estratégias tradutórias, literatura científica, neologismos

Análise do uso da língua portuguesa por estudantes oriundos dos PALOP

Autores: Maria Elias Soares ¹, Klebia Enislaine do Nascimento E Silva ¹

Instituição: ¹ UFC - Universidade Federal do Ceará, ² Ufc - Universidade Federal do Ceará

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar como a língua portuguesa está sendo usada nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mais especificamente, identificar, na fala de estudantes oriundos desses países, a função social que a língua portuguesa exerce na vida desses indivíduos e o modo de identificação desses sujeitos com essa língua. Para tanto, analisamos 75 entrevistas

do corpus do grupo Variação e Processamento da Fala e do Discurso: análises e aplicações (PROFALA) com estudantes de graduação oriundos dos PALOP, sendo 15 entrevistas de cada país (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). O grupo PROFALA está organizando e disponibilizando um banco de dados do português falado nos PALOP e Timor-Leste. Em nossa análise, partimos das noções de política linguística de Calvet (2007), nas quais tal política trata de decisões importantes no que se refere à inter-relação língua e sociedade, visando ao bem maior desta. Seguimos, também, os pressupostos teóricos da sociolinguística de Labov (2008 [1972]) e as pesquisas de Candé (2008), Couto e Embaló (2010), Intumbo (2012), Oliveira (2013) e Carioca (2014), sobre o status da língua portuguesa nos países lusófonos. Os resultados da nossa análise mostram que o retrato do Português, em tais países, não é uno, que a língua portuguesa tem diferentes status e desempenha múltiplas funções nos países africanos em que é oficial. Assim, a identificação do sujeito com a língua portuguesa, nesses países, dá-se em níveis variados, indo desde a utilização no cotidiano, como língua de contexto familiar, ou seja, usada com status de Língua Primeira ligada à representação do sujeito e de sua cultura, até a utilização dessa língua apenas no contexto formal de trabalho, usada como idioma que possibilita inserção no mercado de trabalho, podendo ter status de uma Língua Estrangeira.

Palavras-chave: língua portuguesa, PALOP, PROFALA, identidade

História, memória e língua/ patrimônio no/pelo Museu Histórico

Autores: Maria Cleci Venturini¹ Suhaila da Silva Mehanna¹

Instituição: ¹ Unicentro - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Resumo: O Museu Histórico de Entre Rios, Guarapuava, Paraná objetiva preservar e difundir a história dos Suábios do Danúbio, dando relevância ao exemplo de vida, que ressoa pelo enunciado “na união, no trabalho, na tradição e na perseverança reconstruíram seu próprio destino”. Por meio desse enunciado, ressoam discursos em torno de nacionalismos e de imigração, sinalizando para sofrimentos, para a superação e por fim para a vitória. Os suábios do Danúbio chegaram a Entre Rios em 1951. A versão histórica em torno da ‘vida’ desses sujeitos-imigrantes os significa como sujeitos ‘sem lugar’ – a ‘velha pátria’ ficou para trás e Entre Rios/Brasil é a ‘nova pátria. A vida em fragmentos reclama por ‘reconstrução’. As ‘armas’ com que lutaram/venceram estão postas/dadas no enunciado e no museu histórico; Resumem-se em: união, trabalho, tradição e perseverança. Um não-dito forte ressoa: é preciso ‘preservar’, ‘reduplicar’ o exemplo, manter a união. O museu é o lugar/espço institucional que ‘trabalha’ pela manutenção do orgulho de ser perdedor e de ser vencedor. O Centro Cultural, a Escola e a Biblioteca sustentam/legitimam o museu. Propomos então, buscar os fios que ‘tecem’ o discurso dos vencedores pelas quatro palavras assinaladas e nos três espaços. O ‘fio’ que perpassa o discurso e os espaços/ lugares, significando-os e significando os sujeitos, é a língua. Nela é praticada a união, o trabalho, a tradição, a perseverança. Ela ‘grita’ e faz sentido nos/pelos espaços de memória. A derrota é passado, a vitória também o é. Os sujeitos no ‘presente’ olham’ o passado e ‘pensam’ um futuro e esse futuro só existe, se a língua que no passado foi ‘a língua nacional’, seja prática/vivida/conhecida, mesmo que seja como estrangeira por gerações de sujeitos que não são alemães, são brasileiros, mas a tradição os pensa/faz ‘alemães’.

Palavras-chave: história, patrimônio, língua

Língua e dicionário: um estudo discursivo do Dicionario del Español del Uruguay

Autores: Natieli Luiza Branco¹

Instituição: ¹ UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar o funcionamento do *Diccionario del Español del Uruguay* (2011) - primeiro dicionário da Academia Nacional do Uruguai - a fim de verificar o imaginário de língua que temos em um dicionário específico produzido por uma instituição de um Estado-Nação que sofreu o processo de colonização linguística. Para isso, nosso trabalho toma os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, pois, nesta perspectiva teórica, podemos estudar o dicionário como discurso, verificar suas condições de produção, sua instituição em determinada ideologia e trabalhar com a articulação língua, história e sujeito, bem como os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, pois, nesta teoria, estudamos os dicionários como instrumentos linguísticos dotados de tecnologia para construir sua relação com o conhecimento linguístico. Nossa análise de volta para os textos introdutórios porque são nestes textos que observamos as condições de produção e a tomada de posição do sujeito dicionarista a respeito da obra e da língua. No *Diccionario del Español del Uruguay* (DEU), observamos a necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado, em uma tentativa de instrumentalização da língua e, também, a materialização da

memória da unidade da língua espanhola uruguaia promovida por instituições. No entanto, podemos afirmar que o DEU rompe com a tradição acadêmica da Espanha? E podemos tratar o DEU como patrimônio? Neste estudo, buscamos compreender um pouco melhor o funcionamento do dicionário na relação sujeito/língua, pois consideramos que o DEU ocupa um lugar diferenciado para se pensar a língua.

Palavras-chave: língua, discurso, dicionário

Na materialidade da escrita: o sujeito, a ortografia e os apagamentos

Autores: Marcos Aurelio Barbai ¹

Instituição: ¹ Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de pensar, através da prática de escrita dos sujeitos na história, a materialidade das línguas. Para isso tomamos, como lugar de observação, nas Ciências da Linguagem, a ortografia das línguas. Em nome da transparência da língua e do sistema de convenção alfabético-ortográfico, nós muitas vezes não percebemos que ao aprender a gramática, “ideologicamente somos posto no lugar em que o sujeito pensa livre de coerções [...] fonte de sua vontade de dizer” (cf. Orlandi, 2009, p. 111). Para nós, no ato ortográfico, na forma semiótica do erro ortográfico, que produz uma ranhura na língua, há algo do sujeito com seu estilo. Há algo que se mostra decisivamente na materialidade da língua, articulado pela ordem do esquecimento. Este trabalho se sustenta na aposta de que a noção de língua, com que operamos, pode ser mais ampla e compreender mais noções que lhe foram atribuídas e com que trabalhamos. Em nome de uma homologia linguístico estrutural, algo da ordem da língua tem sido calado e esquecido. Nós apostamos assim no estudo da ortografia, na articulação entre a análise de discurso e a psicanálise, como um lugar que pode, ao observar o que se fixa, em um sistema de grafia, escutar uma vontade de dizer. Propomos assim, através da análise de um arquivo de pesquisa, composto por erros de ortografia, em diferentes materialidades e línguas, pensar uma série discursiva: a convenção da escrita; a escrita como um patrimônio; a ortografia como vilã e sinônimo de má escrita; o vacilante; a cura de um sujeito da escrita; o apagamento do que retorna e insiste em se escrever.

Palavras-chave: materialidade, ortografia, esquecimento

O dicionário da educação do campo sob uma perspectiva discursiva: uma ilusão da língua?

Autores: Lucas Martins Flores ^{1,2}, Verli Petri ²

Instituição: ¹ IFFar - Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari, ² UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: Historicamente listas de palavras, vocabulários e dicionários funcionaram como um lugar para se guardar o léxico de uma língua. Os dicionários compunham parte importante do patrimônio linguístico que pode ser guardado e acessado em diferentes momentos sócio-históricos. Para nós, pensar em língua e patrimônio é pensar na constituição de dicionários de língua, mas também é possibilidade de se pensar em como se constituem os demais dicionários que são produzidos de modo muito intenso neste início de século XXI. Os dicionários de especialidades: de Informática e Internet, Brasileiro de Termos de Arquivística, de Educação do Campo, etc. Para esta apresentação, vamos analisar como funciona um dicionário de uma área específica: Dicionário da Educação do Campo, publicado pela Editora Expressão Popular, em 2012. Nossa escolha justifica-se no interesse pelo dicionário como “objeto discursivo” (cf. Nunes, 2006) e na temática abordada, que é uma especialidade por nós estudada atualmente. A obra em estudo é uma “produção coletiva” que instaura um espaço de “ordem nas ideias, evidenciando e contribuindo para a compreensão das relações” de constituição da Educação do Campo como descrito na apresentação. Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação lança, a partir da SECADI – hoje extinta – Marcos Normativos da Educação do Campo. É nesse regime de historicidade de efervescência de uma área específica que se produz esse dicionário. Nossa perspectiva teórica é a da Análise de Discurso em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, a partir da qual tomamos os dicionários como instrumentos linguísticos que “descrevem e instrumentalizam uma língua”, pelo processo de gramatização (cf. Auroux, 2014). As questões que nos movem podem ser assim resumidas: Por quem ele é produzido? Para quem? Trata-se de um discurso do campo ou sobre o campo? Que patrimônio linguístico-cultural é esse que acessamos no Dicionário de Educação do Campo?

Palavras-chave: língua, patrimônio, dicionário, educação do campo

O imaginário linguístico sobre as línguas indígenas no Brasil e seus falantes: os discursos sobre a (não) existência de línguas indígenas

Autores: André Cavalcante Barbosa da Silva ¹

Instituição: ¹ UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: No Brasil, foram diversas políticas linguísticas que visaram o silenciamento dos sujeitos-indígenas a fim de uma interdição da subjetivação e produção de sentidos em uma língua que não fosse a língua nacional, a língua de madeira. (ORLANDI, 2006) Dessa maneira, a existência de uma língua indígena é uma maneira de resistência, assim como a manutenção das práticas culturais indígenas, ainda que com mudanças, pois a identidade é um movimento na história (ORLANDI, 2006). Assim, a língua indígena, hoje, pode representar uma língua de vento (PÊCHEUX, 1990), que produz resistência aos sentidos dominantes, a uma língua de maior prestígio social. Nesse sentido, este trabalho objetiva observar discursivamente o imaginário linguístico em torno da existência ou não da língua indígena e, por conseguinte, de seus falantes, a partir de livros escritos por dois povos indígenas, os Fulni-ô e Potiguara; e de discursos de sujeitos-não indígenas nas redes sociais. Sob a perspectiva da Análise do Discurso na sua articulação com a História das Ideias Linguísticas, sobretudo nas proposições teóricas de Pêcheux (1990; 2009), Orlandi (2006, 2007, 2008, 2013), Mariani (1996, 2003, 2004), entre outros. Nossas análises apontaram para a importância da existência da língua indígena na afirmação da identidade desses dois grupos indígenas. Para um, ela é um patrimônio, um bem a ser preservado; para o outro, ela se materializa através da memória e na tentativa de reaprender uma língua supostamente sua. Já, do ponto de vista dos não-indígenas, há sentidos que corroboram à resistência indígena, mas outros que silenciam o indígena, suas lutas, seus direitos, sendo, portanto, discursos associados à língua de espuma (ORLANDI, 2013). Ao discursivizar sobre a língua, de uma forma e de outra, entra em cena o imaginário sobre o que é ser indígena na atualidade.

Palavras-chave: resistência, discurso, imaginário

O multilinguismo brasileiro: (In)tolerância, (des)ordem social e “minorias étnicas”

Autores: Luana de Souza Vitoriano Gonçalves ¹

Instituição: ¹ UEM - Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Na Constituição de 1988, no Capítulo III “Seção da educação”, reconhece-se que o Brasil é um país multilíngue, “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Assim, o multilinguismo presume a coexistência entre as línguas, e o reconhecimento político e jurídico destas línguas nas mais diversas práticas sociais e de letramento. No entanto, a realidade do país percorre um processo histórico que envolve a exclusão de línguas étnicas dessas práticas. Consideramos que a *tolerância* à diversidade e ao multilinguismo dá visibilidade ao dispositivo de uma inclusão imaginária e invisibiliza sua real função: agir nas fronteiras do que é aceitável e do que é inaceitável, ativando a possibilidade de saber e autorizar que o “diferente” exista, desde que não interfira na “normalidade padrão”. Conjecturamos, portanto, que não há condições de (co)existência que propiciem a realidade de um espaço multilíngue no país em práticas não indígenas. Dessa forma, inquieta-nos a possibilidade de investigar as interrelações entre os eixos da (in)tolerância, da (des)ordem social e das “minorias étnicas”, e para isso elencamos como problematização norteadora da pesquisa a seguinte indagação: De que modo as políticas linguísticas (brasileiras) e os incisos da Constituição de 1988, referentes às temáticas da(s) língua(s), criam condições de emergência para produções de sentido a cerca dos eixos citados, e, também, criam espaços de (in)visibilidades, na sociedade brasileira, para as populações de etnias indígenas? Por objetivo geral pretendemos compreender a “realidade” (multi)linguística no Brasil, quanto às relações entre língua portuguesa e línguas indígenas. Para tanto, embasaremos-nos nas perspectivas teóricas da Análise do Discurso, de linha francesa (FOUCAULT, 2000; 2008; 2010), da Linguística Aplicada (FARACO, 2015; 2016), e da Sociologia (BAUMAN, 1999; 2003).

Palavras-chave: (In)tolerância, línguas indígenas, língua portuguesa, multilinguismo

Padronização do ensino de gramática. Unificação ortográfica da língua portuguesa: os (des)caminhos da/na constituição do saber linguístico do português brasileiro no decurso da década de 1980

Autores: Agnaldo Almeida de Jesus ¹

Instituição: ¹ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Filiando-nos à Análise de Discurso (PÉCHEUX; ORLANDI) e à História das Ideias Linguísticas (ORLANDI), consideramos que a história de uma língua e de seu saber linguístico é sujeita a equívocos, o que permite re-leituras, divisões, filiação a diferentes vieses teóricos e ideológicos. Ela não se faz de forma linear e unívoca. É marcada pelo confronto, pela contradição. Sendo assim, neste trabalho, buscamos compreender os efeitos de sentido produzidos por dois projetos que tocam a questão da língua portuguesa, de sua gramática e de seu ensino, no Brasil, no decorrer da década de 1980. São eles: a proposta de padronização da teoria gramatical para fins didáticos, cujo objetivo é a elaboração de uma Gramática-padrão (oficial) da língua portuguesa; e a adoção de uma ortografia (oficial) unificada para a língua portuguesa, por meio de um Acordo ortográfico entre os países lusófonos. Padronização. Unificação. Tensões entre a língua imaginária (normas; sistema fechado) e a língua fluida (no mundo; sem regras que a aprisionem). Decretos, Projetos de Lei: relações entre Língua e Estado. Embates, disputas de sentidos, retomadas de discursos anteriores, como os decorrentes da instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, em 1959, e relações com dizeres vindouros, dos quais podemos destacar a recente publicação da “Gramática da língua portuguesa padrão” (2014), idealizada, via Projeto de Lei, na década de 1980. Ao expormo-nos à opacidade dos textos em análise, pudemos observar que em ambos os projetos há uma busca de homogeneização do português, com vistas a conter-lhe em um espaço onde o equívoco e a polissemia – a possibilidade de outros sentidos – sejam apagados/silenciados, e a língua se mostre em sua unidade e transparência: uma única forma de escrever; uma única definição/conceituação para todos os fatos linguísticos.

Palavras-chave: análise de discurso, ensino de gramática, história das ideias linguísticas, unificação ortográfica

Pleasantville – a vida em preto e branco – a constituição do sujeito e as representações sociais

Autores: Cláudia Maris Tullio ¹, Letícia Jovelino Storto ²

Instituição: ¹ Unicentro - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, ² UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo a análise da obra cinematográfica Pleasantville a partir da Teoria das Representações Sociais, proposto por Moscovi, da construção da identidade, vinculado a Hall e da Análise Crítica do Discurso, defendido por Fairclough. Nesta pesquisa, concebemos o cinema como uma prática discursiva que possibilita apreender modos de percepção e de representação da realidade social. Modos estes que constroem identidades e que constituem sujeitos. O objetivo geral da pesquisa é verificar de que forma os estereótipos sociais, trazidos pelo senso comum ao longo da história, são representados no cinema, haja vista, este auxiliar a constituir ou representar a visão que temos do mundo e dos papéis sociais. Como objetivos específicos, elencamos observar como se dá a construção das identidades na obra e verificar as relações intertextuais e simbologias presentes no filme. A análise se propõe a observar as estratégias típicas de construção simbólica, tais como os operadores argumentativos e os modos de operação da ideologia como categorias para dar conta do funcionamento dessa gramática textual e dos efeitos ideológicos desse discurso. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica centrada nos estudos de Moscovi (2003), de Kristeva (1969), Bakhtin (1999), Hall (2000), Fairclough (2003) e a pesquisa documental do filme mencionado. Cabe ressaltar que nas representações, os estereótipos são tratados como memórias ou combinação de fatos verificados, os quais podem ser considerados como modelos calcados na sociedade, que podem ser matizes de uma deformação social, por exemplo, rotulando todos que exercem uma determinada profissão.

Palavras-chave: representações sociais, identidade, cinema, sujeito

Políticas linguísticas em municípios plurilíngues brasileiros: a inclusão das línguas de imigração nas atividades escolares

Autores: Clarissa Leonhardt Borges ¹

Instituição: ¹ JLU Giessen / UFRGS - Justus-Liebig-Universität Giessen e UFRGS

Resumo: No Brasil são faladas 270 línguas, sendo 219 línguas indígenas e 51 línguas de imigração, conforme o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). As políticas linguísticas desenvolvidas nos últimos seis anos se tornaram possíveis a partir do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Uma das línguas de imigração, o Hunsrückisch, foi cooficializada em Antônio Carlos, no Estado de Santa Catarina e em Santa Maria do Herval, no Estado do Rio Grande do Sul. A inclusão da língua de imigração nas atividades escolares nas duas localidades ainda é recente e um dos desafios enfrentados pelos pesquisadores e professores é o desenvolvimento de uma normatização da escrita, já que o Hunsrückisch não dispõe de um registro escrito sistematizado (Altenhofen et al, 2007). O objetivo desta pesquisa é fornecer um breve panorama sobre a situação plurilíngue dos referidos municípios e analisar iniciativas locais de revitalização linguística, principalmente no que se refere à inclusão da língua de imigração no cotidiano escolar. Para compreender esses aspectos, foi realizado um diagnóstico sociolinguístico a partir de entrevistas com representantes das secretarias de educação e da observação da circulação da língua nos municípios, assim como nas entidades incentivadoras do Hunsrückisch. Os resultados da análise dos dados indicam uma transformação da identidade etnolinguística (Fishman, 1977, 1996) dos integrantes da comunidade plurilíngue decorrente das políticas linguísticas e abordagens de revitalização linguística.

Palavras-chave: Hunsrückisch, Ensino, Política linguística, Imigração, Identidade

Tradição oral e tradução: os provérbios e suas particularidades tradutórias

Autores: Edvaldo Sampaio Belizário ¹

Instituição: ¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O nosso trabalho tem como objetivo indicar o conceito de provérbio, suas funções na tradição oral popular, bem como discutir o ato tradutório, apresentando uma proposta para a tradução dos provérbios. Para tanto, utilizaremos como base as línguas portuguesa e italiana. Chamamos de provérbio uma máxima ou sentença curta, de caráter prático, geralmente de origem popular, frequentemente com ritmo e rima, rica em imagens, que sintetiza um conceito, um preceito, uma norma, uma experiência, uma advertência a respeito da realidade, ou uma regra social ou moral. Os provérbios são ditos populares que transmitem, de geração em geração, conhecimentos comuns sobre as mais diversas situações que envolvem a vida e as pessoas que participam dela. São três as fontes geradoras de provérbios: 1) clássica; 2) literária; 3) popular. Os provérbios fazem parte da tradição oral de um povo e transmitem conhecimento e ensinamento sobre os mais diversos assuntos que envolvem a nossa vida: saúde, trabalho, amizade, amor, inveja, ciúme, egoísmo, avareza, prudência, alegria, tristeza, morte, esperança. Os provérbios têm características específicas que facilitam a sua transmissão: são, geralmente, concisos, ritmados e rimados, para que sejam apreendidos com maior facilidade. Por sintetizarem um conceito a respeito da realidade ou uma regra social e moral, os provérbios devem ter uma tradução que transcenda os limites do léxico, deixando de ser uma tradução literal para transformar-se naquilo que poderíamos chamar de “tradução cultural”. Uma vez que expressam a cultura de um povo, os provérbios não devem ser traduzidos literalmente, pois tal medida representa um risco de se perder a sua essência na passagem de uma língua para outra. Na verdade, no momento de se traduzir um provérbio, deve-se encontrar um equivalente na outra língua, independentemente da aproximação ou não do léxico, observando-se, sobretudo, se o aspecto moralizador é o mesmo.

Palavras-chave: tradição, tradução, provérbio

Caderno de resumos do X Congresso Internacional da ABRALIN – Pesquisa linguística e compromisso político. / Organizadores: Anabel Medeiros de Azerêdo; Beatriz dos Santos Feres; Patrícia Ferreira Neves Ribeiro; Roberta Viegas Noronha; Silmara Dela Silva. Niterói: UFF, 2017.

Disponível em: <<http://abralin.org/congresso2017/programacao-1?prog=simposios>>.